

SUMÁRIO

ABREVIATURAS 31

PARTE I –DIREITO DO TRABALHO..... 33

CAPÍTULO 1

TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO..... 35

1. DIREITO DO TRABALHO 35

 1.1. Denominação e conceito 35

 1.2. Características 36

 1.3. Natureza jurídica 36

 1.4. Autonomia e divisão 36

 1.5. Fundamentos e formação histórica..... 37

 1.6. Funções do Direito do Trabalho 38

 1.7. Flexibilização e Desregulamentação Trabalhista. Tendências atuais do
 Direito do Trabalho 39

2. FONTES DO DIREITO 41

 2.1. Conceito e classificação 41

 2.2. Fontes formais..... 42

 2.2.1. Fontes formais heterônomas 42

 2.2.2. Fontes formais autônomas 44

 2.3. Figuras especiais 45

 2.4. Hierarquia das fontes 46

 2.5. Conflito de normas..... 47

 2.6. Eficácia da Lei Trabalhista 48

 2.7. Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do direito do
 trabalho 49

3. PRINCÍPIOS 52

 3.1. Conceito. Função 52

 3.2. Princípios específicos do Direito do Trabalho 53

4. RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO 55

5. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	56
6. ARBITRAGEM.....	58
7. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	59
7.1. Prescrição trabalhista	60
7.2. Contagem do prazo prescricional e momento de arguição.....	61
7.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição	62
7.4. Prescrição intercorrente	63

CAPÍTULO 2

RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO 65

1. DISTINÇÃO	65
1.1. Requisitos da relação de emprego	65
1.2. Natureza jurídica da relação de emprego	67
2. MODALIDADES DE RELAÇÃO DE TRABALHO <i>LATO SENSU</i>	68
2.1. Trabalho autônomo	68
2.2. Trabalho eventual	68
2.3. Trabalho avulso	68
2.4. Trabalho temporário	69
2.5. Estágio.....	71
2.6. Trabalho cooperativado.....	72
2.7. Trabalho voluntário	73
2.8. Representante comercial	73
2.9. Transportador Autônomo de Carga	75
2.10. Salão-parceiro e profissional-parceiro	75
3. MODALIDADES DE EMPREGADOS	76
3.1. Empregado doméstico	76
3.2. Empregado rural	81
3.2.1. Contrato misto e contratos afins	84
3.3. Mãe Social (Lei nº 7.644/1987)	85
3.4. Aprendiz	86
3.5. Altos empregados	88
3.6. Teletrabalho ou trabalho remoto	89
3.7. Empregado intermitente.....	90

3.8. Empregado hipersuficiente.....	92
3.9. Atletas (Lei geral do Desporto, Lei n. 9.615/1998 e Lei n. 13.155/2015).....	92
4. IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL.....	95

CAPÍTULO 3

EMPREGADOR.....99

1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	99
2. PODERES DO EMPREGADOR NA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	99
3. GRUPO ECONÔMICO	100
4. SUCESSÃO DE EMPREGADORES.....	102
4.1. Requisitos.....	102
5. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES	105
6. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA	105
7. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	105
8. SÓCIO RETIRANTE.....	106
9. TERCEIRIZAÇÃO (Lei n. 6019/74).....	106
9.1. Terceirização na Administração Pública	111
9.2. Empreitada e subempreitada.....	112
10. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	113

CAPÍTULO 4

CONTRATO DE TRABALHO..... 117

1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	117
2. ELEMENTOS ESSENCIAIS	118
3. CLASSIFICAÇÃO	119
4. CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.....	120
5. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	121
6. SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	124
6.1. Diferenças e hipóteses legais.....	124
6.2. Efeitos jurídicos.....	125

6.3. Licença-paternidade	126
7. DIREITOS INTELECTUAIS E INVENÇÕES DOS EMPREGADOS	127
8. INDENIZAÇÕES POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	127
8.1. Dano extrapatrimonial	127
8.1.1. Dano morte	129
8.2. Assédio sexual e assédio moral	129
8.3. Dano à imagem	130
8.4. Revista íntima	131
8.5. Lesões acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	132
8.6. Perda de uma chance	132
9. LGPD E SUA APLICAÇÃO AOS CONTRATOS DE TRABALHO	133
10. COMPLIANCE TRABALHISTA	135
11. DECRETO Nº 10.854/2021 – MARCO REGULATÓRIO TRABALHISTA INFRALEGAL	137

CAPÍTULO 5

REMUNERAÇÃO E EQUIPARAÇÃO 139

1. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	139
1.1. Salário complessivo, salário proporcional e salário substituição	139
1.2. Características do salário	140
1.3. Pagamento do salário	140
1.4. Princípio da irredutibilidade salarial (art. 7º, VI, CF/88)	141
1.5. Descontos salariais.....	142
1.6. Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	143
1.7. Parcelas salariais	143
1.8. Parcelas não salariais	146
2. EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	147
3. DESVIO DE FUNÇÃO.....	149
4. ACÚMULO DE FUNÇÃO.....	150

CAPÍTULO 6

DURAÇÃO DO TRABALHO 151

1. DURAÇÃO DO TRABALHO	151
------------------------------	-----

2. TEMPO DE PRONTIDÃO E DE SOBREAVISO.....	152
3. LIMITES DA DURAÇÃO DO TRABALHO	153
4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	154
5. JORNADA 12 X 36 HORAS	154
6. JORNADA NOTURNA.....	155
7. JORNADA CONTROLADA.....	156
8. JORNADA NÃO CONTROLADA	157
9. MOTORISTA PROFISSIONAL.....	158
10. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL	159
11. PRORROGAÇÃO DE JORNADA	160
12. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS	162
13. PERÍODOS DE DESCANSO	163
13.1. Intervalos.....	163
13.1.1. Intervalo intrajornada	163
13.1.2. Intervalo interjornada	166
13.1.3. Descanso semanal remunerado	167
14. FERIADOS.....	169
15. FÉRIAS	169
15.1. Conceito e período de duração.....	169
15.2. Período aquisitivo, período concessivo e fracionamento das férias	170
15.3. Perda do direito de férias.....	172
15.4. Cálculo e pagamento das férias.....	172
15.5. Férias coletivas	173
15.6. Férias vencidas, férias simples, férias proporcionais e prescrição.....	173

CAPÍTULO 7

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	175
1. CONCEITO E MODALIDADES.....	175
2. MODALIDADES DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	177
3. JUSTA CAUSA	178
3.1. Requisitos da justa causa.....	178

3.2.	Hipóteses de justa causa	180
3.2.1.	Hipóteses de justa causa aplicáveis às domésticas	181
4.	RESCISÃO INDIRETA	182
4.1.	Hipóteses de rescisão indireta	182
5.	CULPA RECÍPROCA	183
6.	DISPENSA ARBITRÁRIA E SEM JUSTA CAUSA	183
7.	DISPENSA DISCRIMINATÓRIA	183
8.	ACERTO RESCISÓRIO e multas rescisórias.....	183
9.	TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL.....	185
10.	PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA OU INCENTIVADA – PDV OU PDI	185
11.	DISPENSA INDIVIDUAL, COLETIVA E PLÚRIMA	185
12.	AVISO PRÉVIO	186
13.	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA	188
14.	FGTS.....	189
15.	SEGURO-DESEMPREGO	190

CAPÍTULO 8

ESTABILIDADES. PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR E DA MULHER. SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO..... 195

1.	ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO	195
1.1.	Modalidades de estabilidade	195
1.2.	Modalidades de garantias de emprego	196
1.2.1.	Gestantes	196
1.2.2.	Acidentados no trabalho	199
1.2.3.	Empregado reabilitado e empregado portador de deficiência	199
1.2.4.	Dirigentes sindicais e suplentes.....	200
1.2.5.	Empregados diretores de cooperativas.....	201
1.2.6.	Cargos de direção e suplentes da CIPA.....	201
1.2.7.	Membros da Comissão de Conciliação Prévia – CCP	202
1.2.8.	Membros do Conselho Curador do FGTS e do Conselho	

Nacional de Previdência Social.....	202
1.2.9. Membro da Comissão de Representantes dos Empregados.....	202
1.2.10. Programa Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda	202
1.2.11. Portador de deficiência – Período da pandemia (Lei n. 14.020/20).....	203
2. REINTEGRAÇÃO.....	203
3. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	204
4. PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR.....	205
5. PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER	207
5.1. Licença-maternidade.....	209
5.2. Lei nº 14.457/22. Programa Emprega + Mulheres.....	210
6. SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	212
6.1. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA.....	213
6.2. SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.....	214
6.3. Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s.....	214
6.4. Atividades insalubres.....	214
6.5. Periculosidade	217
6.6. Prevenção da fadiga	218
7. ACIDENTE/DOENÇA DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL	219
8. TRABALHO ANÁLOGO À CONDIÇÃO DE ESCRAVO	221

CAPÍTULO 9

LEGISLAÇÃO PROVISÓRIA-PANDEMIA..... 225

1. INTRODUÇÃO.....	225
2. LEI Nº 14.020/20.....	225
2.1. Aplicação.....	226
2.2. Redução do salário e da jornada (art. 7º da Lei 14.020/2020)	227
2.3. Suspensão temporária do contrato de trabalho (art. 8º da Lei 14.020/2020).....	227
2.4. Forma de implantação (art. 12 da Lei 14.020/2020).....	228

2.5.	Conflito entre acordo individual e norma coletiva de trabalho superveniente.....	229
2.6.	Valor do Benefício Emergencial (art. 6º da Lei nº 14.020/2020).....	230
2.7.	Prazos.....	230
2.8.	Pagamento de ajuda mensal pelo empregador (art. 9º da Lei nº 14.020/2020).....	231
2.9.	Garantia provisória de emprego (art. 10 da Lei nº 14.020/2020).....	231
2.10.	Fato do Príncipe (art. 486 da CLT e art. 29 da Lei nº 14.020/2020).....	231
2.11.	Participação das empregadas gestantes no BEm.....	232
3.	LEI Nº 14.010/20. REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO (RJET).....	232
4.	LEI Nº 14.128/21. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AOS TRABALHADORES DE SAÚDE ..	233
5.	LEI Nº 14.151/21. AFASTAMENTO DA GESTANTE DURANTE A PANDEMIA.....	234

CAPÍTULO 10

DIREITOS COLETIVOS..... 235

1.	GENERALIDADES.....	235
2.	PRINCÍPIOS.....	235
2.1.	Liberdade associativa e sindical.....	235
2.1.1.	Liberdade sindical em relação ao indivíduo.....	235
2.1.2.	Liberdade sindical em relação ao grupo.....	236
2.1.3.	Liberdade sindical em relação ao Estado.....	237
2.2.	Princípio da autonomia sindical.....	237
2.3.	Princípio da interveniência sindical na normatização coletiva.....	237
2.4.	Princípio da equivalência dos contratantes coletivos.....	238
2.5.	Princípio da lealdade e transparência nas negociações coletivas.....	238
2.6.	Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva.....	238
2.7.	Princípio da adequação setorial negociada.....	238
2.8.	Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.....	239
3.	ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA.....	241
3.1.	Sindicato.....	241
3.2.	Federações.....	241
3.3.	Confederações.....	241

3.4.	Centrais sindicais	241
3.5.	Representação dos empregados na empresa	242
4.	SINDICATO.....	244
4.1.	Definição	244
4.2.	Natureza jurídica	245
4.3.	Histórico	246
4.4.	Sistemas sindicais.....	247
4.4.1.	Critério da liberdade sindical.....	248
4.4.2.	Critério da agregação dos trabalhadores em um determinado sindicato	249
4.5.	Base territorial.....	251
4.6.	Registro do sindicato	251
4.7.	Modelo sindical brasileiro atual	251
4.7.1.	Princípios da agregação e da especialização	252
4.8.	Estrutura interna do sindicato	252
4.9.	Funções do sindicato.....	253
4.10.	Garantias sindicais	253
5.	SISTEMA DE CUSTEIO SINDICAL.....	254
5.1.	Contribuição sindical.....	254
5.2.	Contribuição confederativa	255
5.3.	Contribuição assistencial.....	255
5.4.	Mensalidade	256
6.	FORMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS	256
6.1.	Autodefesa.....	257
6.1.1.	Greve.....	257
6.1.2.	Características.....	258
6.1.3.	Possibilidade de contratação de trabalhadores	258
6.1.4.	Formalidades.....	258
6.1.5.	Greve no serviço público.....	259
6.1.6.	“Lockout”	260
6.2.	Autocomposição	260
6.2.1.	Mediação e conciliação.....	260
6.2.2.	Negociação coletiva	261

6.2.3. Participação prévia dos sindicatos nas demissões coletivas.....	262
6.3. Heterocomposição.....	263
6.3.1. Arbitragem	263
6.3.2. Jurisdição.....	263
7. INSTRUMENTOS NORMATIVOS – ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS.....	265
7.1. Conceito e natureza jurídica	265
7.2. Aplicação.....	266
7.3. Formalidades	266
7.4. Vigência	266
7.5. Prorrogação, revisão, denúncia e revogação	268
7.6. Conflito de normas.....	268
8. LIMITES DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO	268
8.1. Prevalência do negociado sobre o legislado	268
8.2. Direitos trabalhistas que podem ser negociados	269
8.3. Direitos trabalhistas que não podem ser negociados	272
9. A OIT e sua importância para o movimento sindical.....	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	277
PARTE II – PROCESSO DO TRABALHO.....	279

CAPÍTULO 1**TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO..... 281**

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL.....	281
2. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA.....	282
3. FONTES	282
3.1. Fontes relevantes ou primárias.....	283
3.2. Figuras especiais	285
3.3. Hierarquia e conflito entre as fontes	286
3.4. Interpretação do Direito Processual do Trabalho	286
3.5. Lacunas e integração do Direito Processual do Trabalho	287
3.6. Aplicação do Código de Processo Civil ao Processo do Trabalho	288
3.7. Eficácia da norma processual trabalhista	289

4. PRINCÍPIOS	292
4.1. Princípios constitucionais.....	293
4.1.1. Devido processo legal (art. 5º, LIV, CRFB/88).....	293
4.1.2. Juiz natural (art. 5º, LIII, CRFB/88)	293
4.1.3. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB/88).....	293
4.1.4. Contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88)	293
4.1.5. Motivação e publicidade das decisões judiciais (art. 93, IX, CRFB/88).....	293
4.1.6. Razoabilidade da duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CRFB/88).....	294
4.2. Princípios comuns ao Direito Processual Civil e ao Processo do Trabalho	294
4.2.1. Princípio da inércia, dispositivo ou da demanda (art. 2º do CPC).....	294
4.2.2. Princípio inquisitivo ou do impulso oficial (art. 2º do CPC)	294
4.2.3. Princípio da instrumentalidade das formas (art. 283 do CPC)	294
4.2.4. Princípio da estabilidade da lide (art. 141 do CPC).....	295
4.2.5. Princípio da impugnação especificada (art. 342 do CPC).....	295
4.2.6. Princípio da eventualidade (art. 336 do CPC).....	295
4.2.7. Princípio da preclusão (arts. 63, § 4º, 104, 209, § 2º, 278, 293, 507, 1009 do CPC)	295
4.2.8. Princípio da boa-fé processual (arts. 5º e 79 a 81 do CPC).....	297
4.2.9. Princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º do CPC)	297
4.3. Princípios específicos do Direito Processual do Trabalho	297
4.3.1. Princípio da proteção ou da tutela.....	297
4.3.2. Princípio da busca da verdade real.....	298
4.3.3. Princípio da conciliação.....	298
4.3.4. Princípio da normatização coletiva (art. 114, § 2º, da CRFB/88)	298
4.3.5. Princípio do <i>jus postulandi</i>	298
4.3.6. Princípio da simplicidade	299
4.3.7. Princípio da oralidade	299
5. MÉTODOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS.....	300

5.1.	Autodefesa ou autotutela.....	300
5.2.	Autocomposição	300
5.2.1.	Mediação e conciliação.....	301
5.2.2.	Comissão de Conciliação Prévia – CCP.....	301
5.2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial.....	303
5.3.	Heterocomposição.....	305
5.3.1.	Arbitragem	305
6.	ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	306
6.1.	Órgãos da Justiça do Trabalho	306
6.2.	Juízes do Trabalho	307
6.3.	Tribunais Regionais do Trabalho	308
6.4.	Tribunal Superior do Trabalho	309
6.4.1.	Órgãos internos do TST.....	309
6.4.2.	Órgãos auxiliares do TST.....	310
6.5.	Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	311
6.5.1.	Secretarias das varas do trabalho.....	311
6.5.2.	Secretarias dos tribunais.....	312
6.5.3.	Serviços de distribuição de feitos	313
6.5.4.	Oficiais de Justiça Avaliadores.....	313
6.6.	Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.....	314
7.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	315
7.1.	Competência material (<i>rationae materiae</i>) e pessoal.....	315
7.1.1.	Ações envolvendo relação de trabalho	317
7.1.2.	Ações envolvendo direito de greve.....	321
7.1.3.	Ações sobre representação sindical e sindicatos.....	321
7.1.4.	Mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	322
7.1.5.	Conflitos de competência envolvendo jurisdição trabalhista.....	322
7.1.6.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial.....	322
7.1.7.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização do trabalho.....	323
7.1.8.	Execução, de ofício, das contribuições sociais.....	324

7.1.9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.....	324
7.1.10. Lides que não são da competência da Justiça do Trabalho.....	325
7.2. Competência funcional.....	327
7.3. Competência territorial.....	327
7.4. Competência absoluta e relativa.....	328
7.5. Modificação da competência.....	330
7.5.1. Conexão.....	330
7.5.2. Continência.....	331
7.6. Conflito de competência.....	331

CAPÍTULO 2**PROCESSO E AÇÃO TRABALHISTA 333**

1. INTRODUÇÃO.....	333
2. PROCESSO.....	333
2.1. Pressupostos processuais.....	334
2.1.1. Pressupostos processuais de existência.....	334
2.1.2. Pressupostos processuais positivos de validade.....	334
2.1.3. Pressupostos processuais negativos de validade.....	336
3. AÇÃO.....	336
3.1. Conceito.....	336
3.2. Classificação das ações trabalhistas.....	337
4. SUJEITOS DO PROCESSO.....	338
4.1. Partes.....	338
4.1.1. Capacidade na relação processual.....	338
4.1.2. Sucessão processual.....	342
4.2. Ministério Público do Trabalho.....	343
4.2.1. Formas de atuação.....	344
4.2.2. Princípios institucionais do MPT.....	344
4.2.3. Garantias, prerrogativas e vedações.....	345
4.3. Litisconsórcio.....	345
4.3.1. Conceito e cabimento.....	345

4.3.2.	Classificação	346
4.3.3.	Atuação dos litisconsortes	347
4.4.	Intervenção de terceiros	347
4.4.1.	Modalidades de intervenção de terceiros	348
4.4.2.	Oposição	354
4.4.3.	Intervenção de terceiros no rito sumaríssimo.....	354
4.5.	Deveres das partes, procuradores e terceiros participantes do processo....	354
4.5.1.	Introdução.....	354
4.5.2.	Ato atentatório à dignidade da justiça.....	355
4.5.3.	Litigância de má-fé e dano processual	356
4.5.4.	Multa aplicada à testemunha.....	357
4.5.5.	Vedação às expressões injuriosas	358
4.5.6.	Assédio processual.....	358
5.	ATOS, TERMOS, Negócios jurídicos E PRAZOS PROCESSUAIS.....	359
5.1.	Introdução.....	359
5.2.	Atos processuais	359
5.2.1.	Classificação dos atos processuais	359
5.2.2.	Do tempo e lugar dos atos processuais.....	360
5.2.3.	Da prática dos atos processuais	361
5.3.	Termo processual	361
5.4.	Prazos processuais	361
5.4.1.	Conceito.....	361
5.4.2.	Contagem dos prazos processuais.....	362
5.4.3.	Interrupção e suspensão dos prazos processuais.....	364
5.4.4.	Classificação dos prazos processuais	365
5.5.	Comunicação dos atos processuais.....	366
5.6.	Negócios jurídicos processuais	368
5.7.	Juízo 100% digital – Resolução nº345/20 do CNJ	369
6.	PRECLUSÃO.....	370
6.1.	Conceito.....	370
6.2.	Classificação da preclusão	370

7.	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	371
7.1.	Despesas processuais.....	371
7.2.	Assistência judiciária gratuita e gratuidade de justiça	373
7.3.	Honorários advocatícios sucumbenciais	375
8.	NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS	377
8.1.	Princípios das nulidades.....	379
9.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	379
9.1.	Formação do processo	379
9.2.	Suspensão do processo	380
9.3.	Extinção do processo.....	380
10.	PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS	381

CAPÍTULO 3

PROCESSO DE CONHECIMENTO 383

1.	PETIÇÃO INICIAL	383
1.1.	Requisitos obrigatórios da petição inicial.....	383
1.1.1.	Designação do juízo.....	384
1.1.2.	Qualificação das partes.....	384
1.1.3.	Breve exposição dos fatos.....	384
1.1.4.	Pedido certo, determinado e com indicação de seu valor.....	384
1.1.5.	Data	386
1.1.6.	Assinatura	387
1.2.	Requisitos facultativos da petição inicial	387
1.3.	Petição inicial verbal	387
1.4.	Alteração da petição inicial.....	387
1.5.	Indeferimento da petição inicial	388
1.6.	Improcedência liminar do pedido	389
1.7.	Desistência do pedido ou da ação	389
2.	TUTELA PROVISÓRIA	390
2.1.	Introdução.....	390
2.2.	Espécies de tutela provisória	391
2.2.1.	Características da tutela provisória.....	391

2.2.2.	Requisitos para a concessão da tutela provisória.....	392
2.2.3.	Tutela provisória de evidência	392
2.2.4.	Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	393
2.2.5.	Tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	393
2.2.6.	Tutela provisória de urgência cautelar antecedente.....	393
2.2.7.	Concessão liminar.....	394
2.2.8.	Caução e responsabilidade do credor pelos prejuízos causados ...	394
2.2.9.	Formas de impugnação	395
3.	AUDIÊNCIA TRABALHISTA	395
3.1.	Introdução.....	395
3.2.	Procedimento da audiência no rito ordinário.....	396
3.3.	Procedimento da audiência no rito sumaríssimo	400
4.	RESPOSTA DO RÉU	400
4.1.	Introdução.....	400
4.2.	Revelia.....	401
4.3.	Contestação	402
4.3.1.	Contestação contra o processo	402
4.3.2.	Contestação contra o mérito	405
4.3.3.	Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor	406
4.3.4.	Exceção de incompetência	407
4.3.5.	Arguição de suspeição ou impedimento	407
4.4.	Reconvenção	411
4.4.1.	Pressupostos e requisitos da reconvenção	411
4.4.2.	Procedimento da reconvenção	411
4.4.3.	Pedido contraposto	412
5.	JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	412
6.	PROVAS.....	413
6.1.	Conceito.....	413
6.2.	Princípios	413
6.3.	Fases da produção da prova.....	414
6.4.	Objeto da prova.....	415

6.5.	Finalidade da prova	416
6.6.	Ônus da prova	416
6.6.1.	Inversão do ônus da prova	417
6.7.	Prova de fato negativo	419
6.8.	Meios de prova	419
6.8.1.	Depoimento pessoal	419
6.8.2.	Prova testemunhal	419
6.8.3.	Prova documental	423
6.8.4.	Prova pericial	424
6.8.5.	Inspeção judicial	426
6.8.6.	Ata notarial	427
6.8.7.	Prova emprestada	427
6.9.	Produção antecipada de provas	427

CAPÍTULO 4

DECISÃO JUDICIAL E RECURSOS 429

1.	PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS	429
1.1.	Sentença	430
1.1.1.	Classificação das sentenças	431
1.1.2.	Elementos da sentença	434
1.1.3.	Defeitos da sentença	441
1.2.	Observância da jurisprudência dos tribunais	443
2.	COISA JULGADA	443
2.1.	Conceito	443
2.2.	Espécies	444
2.2.1.	Coisa julgada formal	444
2.2.2.	Coisa julgada material	444
2.3.	Coisa julgada em relação à União	445
2.4.	Extensão da coisa julgada	445
2.4.1.	Limites objetivos	445
2.4.2.	Limites subjetivos	446

2.5.	Coisa julgada nas demandas coletivas	446
2.6.	Relação jurídica continuativa.....	448
3.	RECURSOS TRABALHISTAS	448
3.1.	Introdução.....	448
3.2.	Conceito e natureza jurídica	449
3.3.	Princípios	449
3.3.1.	Princípio da taxatividade	449
3.3.2.	Princípio da instrumentalidade das formas ou da fungibilidade...	449
3.3.3.	Princípio do duplo grau de jurisdição	449
3.3.4.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	450
3.3.5.	Princípio da dialeticidade	450
3.3.6.	Princípio do <i>non reformatio in pejus</i>	451
3.3.7.	Princípio da unirrecorribilidade.....	451
3.4.	Requisitos de admissibilidade dos recursos	451
3.4.1.	Requisitos objetivos.....	451
3.4.2.	Requisitos subjetivos	456
3.5.	Efeitos do recurso trabalhista	456
3.5.1.	Efeito devolutivo	457
3.5.2.	Efeito obstativo	457
3.5.3.	Efeito translativo.....	457
3.5.4.	Efeito regressivo.....	458
3.5.5.	Efeito extensivo	458
3.5.6.	Efeito substitutivo.....	458
3.6.	Procedimento recursal	458
3.7.	Desistência e renúncia do recurso	460
4.	RECURSO ORDINÁRIO	461
4.1.	Conceito.....	461
4.2.	Forma de interposição	461
5.	RECURSO DE REVISTA	462
5.1.	Conceito.....	462
5.2.	Requisitos de admissibilidade	463

5.3.	Hipóteses de não cabimento do Recurso de Revista	464
5.4.	Depósito recursal.....	464
5.5.	Divergência jurisprudencial.....	464
5.6.	Prequestionamento.....	465
5.7.	Transcendência	465
5.8.	Recurso de revista em rito sumaríssimo.....	466
5.9.	Procedimento	467
6.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	468
6.1.	Conceito.....	468
6.2.	Cabimento	468
6.3.	Embargos protelatórios	469
6.4.	Procedimento	469
6.5.	Prequestionamento ficto	470
7.	AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	471
7.1.	Conceito.....	471
7.2.	Cabimento	471
7.3.	Prazos e forma de interposição	471
7.4.	Requisitos específicos.....	472
7.5.	Procedimento	472
8.	AGRAVO DE PETIÇÃO	473
8.1.	Conceito.....	473
8.2.	Requisitos específicos.....	473
8.3.	Procedimento	473
9.	RECURSO ADESIVO	474
9.1.	Conceito e características	474
10.	PEDIDO DE REVISÃO.....	474
10.1.	Conceito e características	474
11.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	475
11.1.	Conceito, características e cabimento	475
11.2.	Procedimento	476
12.	EMBARGOS INFRINGENTES.....	477
12.1.	Conceito e características	477
13.	AGRAVO INTERNO E REGIMENTAL.....	478
13.1.	Conceito e características	478

13.2. Procedimento	478
14. REMESSA NECESSÁRIA	479
14.1. Conceito.....	479
14.2. Hipóteses de não cabimento.....	479
15. RECLAMAÇÃO CORREICIONAL.....	480
15.1. Conceito e características	480

CAPÍTULO 5

EXECUÇÃO 481

1. LIQUIDAÇÃO	481
1.1. Introdução.....	481
1.2. Espécies de liquidação.....	481
1.2.1. Liquidação por cálculos	481
1.2.2. Liquidação por arbitramento.....	482
1.2.3. Liquidação por artigos.....	482
1.3. Especificidades do cálculo trabalhista	482
1.3.1. Atualização monetária e juros de mora	483
1.4. Contribuições previdenciárias.....	484
1.5. Imposto de renda	484
1.6. Impugnação à conta de liquidação	484
2. EXECUÇÃO TRABALHISTA	485
2.1. Introdução.....	485
2.2. Princípios da execução	485
2.2.1. Do título	485
2.2.2. Efetividade	486
2.2.3. Promoção de ofício	486
2.2.4. Da natureza real da execução	486
2.2.5. Da não prejudicialidade do devedor.....	486
2.3. Fontes normativas.....	486
2.4. Competência	487
2.5. Legitimidade	487
2.5.1. Legitimidade ativa.....	487

2.5.2.	Legitimidade passiva.....	487
2.6.	Título executivo.....	488
2.6.1.	Conceito.....	488
2.6.2.	Espécies	488
2.7.	Execução provisória.....	489
2.8.	Execução de prestações sucessivas	490
2.9.	Tutela específica ou tutela pelo resultado prático equivalente	490
2.10.	Falência e recuperação judicial	491
2.11.	Intervenção e liquidação extrajudicial.....	494
2.12.	Nulidade da execução	494
2.13.	Suspensão da execução.....	494
2.14.	Extinção da execução	495
2.15.	Prescrição intercorrente	495
2.16.	Custas processuais	495
2.17.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.....	496
3.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	497
3.1.	Características	497
3.2.	Penhora.....	499
3.3.	Expropriação de bens	504
4.	EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	508
4.1.	Conceito.....	508
4.2.	Prazo	508
4.3.	Matérias que poderão ser tratadas.....	508
4.4.	Procedimento	509
4.5.	Embargos à execução por carta	509
4.6.	Relativização da coisa julgada	510
5.	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	510
6.	EMBARGOS DE TERCEIRO.....	511
7.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	512

CAPÍTULO 6

AÇÕES ESPECIAIS 515

1.	INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	515
----	-------------------------------------------------------	-----

1.1.	Conceito	515
1.2.	Cabimento	515
1.3.	Prazo para ajuizamento.....	516
1.4.	Natureza jurídica	516
1.5.	Procedimento	516
2.	DISSÍDIO COLETIVO.....	517
2.1.	Conceito.....	517
2.2.	Classificação.....	517
2.3.	Competência	517
2.4.	Legitimidade	517
2.5.	Pressupostos	518
2.6.	Petição inicial	518
2.7.	Procedimento	518
2.8.	Sentença normativa.....	519
2.8.1.	Conceito e natureza jurídica.....	519
2.8.2.	Período de vigência.....	519
2.8.3.	Extensão da sentença normativa	520
2.8.4.	Efeitos	520
2.9.	Revisão	520
3.	AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	521
4.	AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULAS CONVENCIONAIS.....	522
5.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	523
6.	MANDADO DE SEGURANÇA.....	524
6.1.	Conceito.....	524
6.2.	Modalidades	524
6.3.	Legitimidade	525
6.4.	Competência	525
6.5.	Requisitos.....	526
6.5.1.	Prazo decadencial	526
6.5.2.	Direito líquido e certo.....	526
6.5.3.	Ato de autoridade.....	526
6.6.	Procedimento	527
6.6.1.	Liminar	527

6.6.2.	Coisa julgada	528
6.6.3.	Recurso	528
7.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO COLETIVA	529
7.1.	Conceito	529
7.2.	Legitimidade	529
7.3.	Competência	530
7.4.	Cabimento	530
7.5.	Procedimento	530
8.	AÇÃO MONITÓRIA	530
8.1.	Conceito	530
8.2.	Procedimento	531
9.	AÇÃO RESCISÓRIA	531
9.1.	Conceito	531
9.2.	Competência e legitimidade	532
9.3.	Hipóteses de cabimento	533
9.3.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	534
9.3.2.	Juiz impedido ou absolutamente incompetente	534
9.3.3.	Dolo ou coação da parte, simulação ou colusão entre as partes	535
9.3.4.	Ofensa à coisa julgada	535
9.3.5.	Violação manifesta de norma jurídica	535
9.3.6.	Prova falsa	537
9.3.7.	Prova nova	537
9.3.8.	Invalidação de confissão, desistência ou transação	538
9.3.9.	Sentença fundada em erro de fato	538
9.4.	Requisitos da ação rescisória	538
9.5.	Procedimento da ação rescisória	539
9.6.	Recurso	540
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		541